
CAIXA

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONCURSO PÚBLICO

(Aplicação: 18/3/2001)

Cargo:

ADVOGADO JÚNIOR

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta de **quarenta** questões objetivas, assim distribuídas: **quatro** questões de CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA, **sete** questões de CONHECIMENTOS GERAIS, **vinte e duas** questões de CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS e **sete** questões de LÍNGUA PORTUGUESA. Nele, também consta a PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO, acompanhada de duas páginas para rascunho (de uso opcional).
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – SUREH, de 4/1/2001.
- 4 Não é permitida a consulta/utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, régua, calculadoras ou qualquer outro material.
- 5 Durante as provas, o candidato não deve levantar-se nem comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração das provas é de **cinco horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação (que será feita no decorrer das provas e incluirá a coleta de impressão digital, conforme o Edital n.º 1/2001 – SUREH, de 4/1/2001), ao preenchimento da Folha de Respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 7 A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho, na Folha de Respostas ou na Folha de Texto Definitivo poderá implicar a anulação das provas do candidato.

AGENDA

- I **20/3/2001** – divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas na Internet — no endereço <http://www.cespe.unb.br> — e no quadro de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **21 e 22/3/2001** – recebimento de recursos das provas objetivas nos locais e horários a serem informados juntamente com a divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas.
- III **3/4/2001** – data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, dos resultados: final das provas objetivas e provisório da prova discursiva.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no título **10 DOS RECURSOS** do Edital n.º 1/2001 – SUREH, de 4/1/2001.
 - Informações relativas a resultado não serão prestadas por telefone.
 - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-

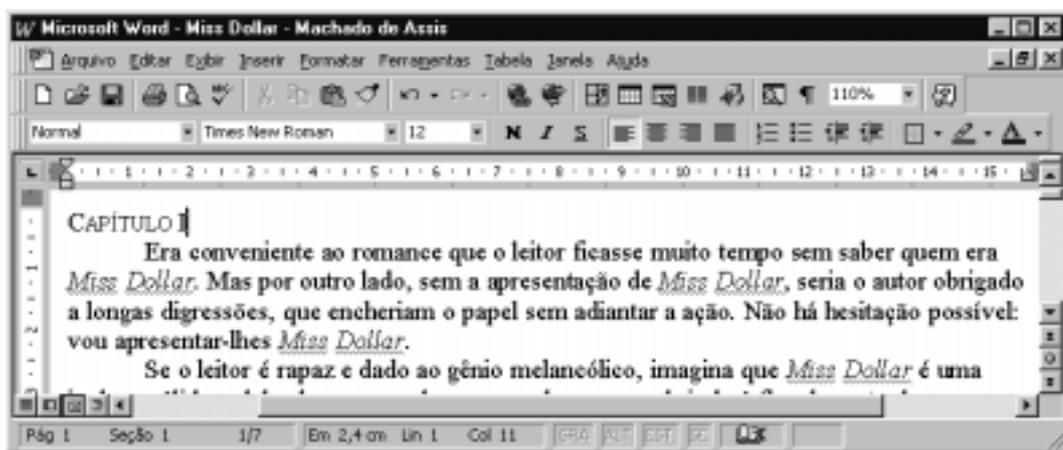
Nas questões de 1 a 40, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens CERTOS na coluna C; itens ERRADOS na coluna E. A marcação na coluna SR na Folha de Respostas não acarretará anulação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Nas questões de 1 a 4, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção em relação aos programas, arquivos e diretórios utilizados.

Figura CI-I – questões 1 e 2

A figura abaixo mostra uma tela de trabalho do Word 97, contendo um texto que está sendo editado por um usuário.



QUESTÃO 1

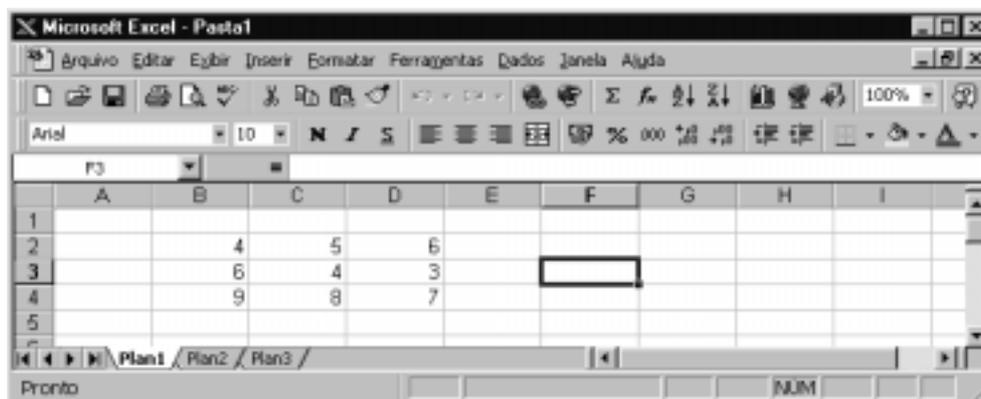
Com referência à figura CI-I e ao Word 97, julgue os itens a seguir.

- 1 Está sendo exibida na tela uma parte da página 1 do documento “Miss Dollar - Machado de Assis”. Caso o usuário clique em , será exibido na tela o início da página 2 desse documento.
- 2 Caso o usuário desejasse copiar a palavra “romance”, na primeira linha do primeiro parágrafo mostrado na figura, para a posição imediatamente à direita do ponto final ao término desse parágrafo, ele poderia fazê-lo por meio da seguinte seqüência de ações: selecionar a referida palavra; clicar no menu **Editar** e na opção Copiar; clicar imediatamente à direita do ponto final ao término do parágrafo; clicar em .
- 3 Sabendo que a palavra da língua inglesa “Miss”, no início da segunda linha do primeiro parágrafo, está formatada como itálico, o usuário poderia aplicar itálico também à palavra “conveniente”, na primeira linha desse parágrafo, por meio do seguinte procedimento com o *mouse*: selecionar a palavra “Miss”; clicar em ; posicionar o ponteiro imediatamente à esquerda da primeira letra da palavra “conveniente”; pressionar o botão esquerdo e, mantendo-o pressionado, posicionar o ponteiro imediatamente à direita da última letra da palavra “conveniente”; liberar o botão esquerdo.
- 4 Caso o usuário deseje imprimir o documento mostrado na figura, ele poderá fazê-lo clicando em  ou por meio da seguinte seqüência de ações: pressionar a tecla **Ctrl** e, mantendo-a pressionada, acionar a tecla **P**.
- 5 Considere que o ponto de inserção esteja localizado imediatamente à esquerda da letra “f” da palavra “ficasse”, na primeira linha do primeiro parágrafo mostrado na figura, e que o usuário realize a seguinte seqüência de ações: pressiona a tecla **Ctrl** e, mantendo-a pressionada, aciona quatro vezes a tecla **→**, liberando, em seguida, a tecla **Ctrl**. Ao final dessas ações, o ponto de inserção ficará posicionado imediatamente à esquerda da letra “s”, no início da palavra “saber”, também na primeira linha desse parágrafo.

QUESTÃO 2

Ainda com relação à figura CI-I e ao Word 97, julgue os itens que se seguem.

- 1 Caso o usuário clique no menu **Exibir**, aparecerá uma lista de opções, entre as quais, a opção Estrutura de tópicos, em que ele pode analisar e trabalhar com a estrutura do seu arquivo em uma forma de estrutura de tópicos.
- 2 Caso o usuário selecione a palavra “ficasse”, na primeira linha do primeiro parágrafo do texto mostrado, e clique em **S**, a referida palavra será sublinhada. Se, em seguida, o usuário clicar em , essa palavra será sublinhada com uma linha de maior espessura.
- 3 O botão  permite exibir a barra de ferramentas Tabelas e bordas, que contém ferramentas para a criação e edição de uma tabela.
- 4 Caso o usuário clique em , será aberto um programa de correio eletrônico que permitirá ao usuário definir um destinatário para receber o atual documento, em forma de anexo da mensagem de correio eletrônico.
- 5 Caso o usuário clique entre as letras “a” e “o” da palavra “ao”, na primeira linha do primeiro parágrafo mostrado na figura, e clique em , aparecerá na tela de trabalho uma versão ampliada do texto ao redor da palavra “ao”, permitindo ao usuário examinar os detalhes das fontes utilizadas nessa região do texto.

QUESTÃO 3

A figura acima apresenta uma tela de trabalho do Excel 97 na qual é mostrada uma planilha que está sendo editada por um usuário. Quanto a essa tela de trabalho e ao Excel 97, julgue os itens a seguir.

- 1 A seguinte seqüência de ações, executada com o *mouse*, fará que o conteúdo da célula B2 seja movido para a célula F3, deixando a célula B2 vazia: posicionar o ponteiro na célula B2; pressionar o botão esquerdo e, mantendo-o pressionado, posicionar o ponteiro sobre a célula F3; liberar o botão esquerdo.
- 2 Caso o usuário clique na célula D2 e, em seguida, clique duas vezes sucessivas em , o número 6, originalmente exibido nessa célula, passará a ser exibido como 6,00.
- 3 Considere que o usuário execute a seguinte seqüência de ações: clica na célula E2, digita soma(B2:D2) e, em seguida, tecla **Enter**. Ao final dessas ações, aparecerá o número 10 na célula E2.
- 4 Caso o usuário deseje selecionar as células não-adjacentes B2, D2 e C4, de forma que, ao final da seleção, as três células estejam simultaneamente selecionadas, o usuário poderá fazê-lo por meio da seguinte seqüência de ações: clicar na célula B2; pressionar a tecla **Ctrl** e, mantendo-a pressionada, clicar sucessivamente nas teclas D2 e C4; liberar a tecla **Ctrl**.
- 5 Caso o usuário clique na célula B2 e, em seguida, clique com o botão direito do *mouse* nessa mesma célula, aparecerá uma lista com algumas opções, entre as quais as opções Recortar e Copiar.

QUESTÃO 4

Um usuário, com o auxílio do Internet Explorer 5, acessou o *site* AltaVista para realizar uma pesquisa acerca das *homepages* da *world wide web* (WWW) em que ele poderia obter informações acerca de livros que abordam o direito civil. Como resultado prévio de sua pesquisa, o usuário obteve a página WWW ilustrada na figura ao lado. Acerca dessa pesquisa, do Internet Explorer 5, da Internet, da WWW e com base na figura mostrada, julgue os seguintes itens.



- ❶ É possível concluir que o processo de *download* da página WWW ilustrada na figura está incompleto. O Internet Explorer 5 somente permite que os componentes de uma página WWW sejam acessados quando o processo de *download* dessa página está completo. Essa característica é uma desvantagem desse *software* com relação ao Netscape Communicator e provoca uma maior lentidão e menor agilidade no acesso a páginas WWW.
- ❷ Se, no campo relacionado a **Search for:**, o usuário tivesse introduzido a seqüência de palavras: **livros direito civil**, ele teria obtido, provavelmente, uma menor quantidade de páginas em sua pesquisa do que aquela obtida na pesquisa ilustrada na figura, pelo fato de ele estar delimitando a sua pesquisa não mais ao direito civil, mas a livros de direito civil, que é uma subárea da primeira e provavelmente mais restrita.
- ❸ Supondo que, na seção do Internet Explorer 5 ilustrada na figura acima, ao clicar em , apareça a lista mostrada ao lado, pode-se concluir que o usuário, no dia que realizou essa pesquisa, acessou pelo menos oito páginas WWW, mas não se pode garantir que a página mostrada na figura acima tenha sido acessada apenas uma única vez nessa seção.
 
- ❹ Caso o usuário queira adicionar com sucesso a página referente ao *hyperlink* **1. Direito Civil** como um de seus favoritos da Internet, ele poderá realizar a seguinte seqüência de ações: clicar em **1. Direito Civil**; quando o processo de *download* estiver concluído, clicar em ; em seguida, clicar em , que aparece em decorrência da ação precedente; na janela de diálogo que aparece após essa ação ter sido realizada, escolher o diretório apropriado — sendo que a criação de um novo diretório é possível — e confirmar a inserção do *site* como favorito.
- ❺ Da lista de páginas obtidas na pesquisa, caso o usuário queira determinar quais delas estão, no momento da seção em curso do Internet Explorer 5, em funcionamento *on-line*, é suficiente que ele clique em .

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 5

Há consenso acerca do papel preponderante da educação nos dias atuais. Quer pelas exigências suscitadas por um crescente ideal de cidadania, quer pelas novas configurações do sistema produtivo, o certo é que a educação passou a ser vista como essencial à plena inserção das pessoas na sociedade contemporânea. A propósito desse tema, especialmente vinculando-o à realidade brasileira atual, julgue os itens seguintes.

- ❶ No que se refere à educação básica, o Brasil tem aprofundado, nos últimos tempos, um processo de descentralização: recursos federais vão sendo repassados diretamente às escolas e a própria merenda escolar — vital para a maioria dos alunos das escolas públicas — tem sido adquirida localmente.
- ❷ Sabe-se que o desempenho escolar brasileiro ainda está muito aquém do desejado, o que pode ser verificado, entre outros indicadores, pelos resultados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); no entanto, quantitativamente, o país pode comemorar a expressiva taxa de matrícula que conseguiu atingir no ensino fundamental.
- ❸ O ensino médio é um setor em franca expansão, com significativo aumento de matrículas nos últimos anos; pode-se inferir daí que, além de outras razões, e apesar das inegáveis deficiências, está crescendo o número de egressos da oitava série do ensino fundamental.
- ❹ Ao optar por mecanismos descentralizados de gestão do sistema educacional, o Brasil acabou por reduzir drasticamente o papel do Ministério da Educação (MEC): atualmente, cabe-lhe tão-somente cuidar da educação superior, deixando aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a tarefa de formular a política de educação do país, de supervisionar o sistema e de avaliar seu desempenho.
- ❺ Ao criar um fundo para promover o desenvolvimento do ensino fundamental, sobretudo pela via de valorização do magistério, conhecido como FUNDEF, o Brasil deu um passo adiante em termos de melhoria salarial dos docentes: embora os salários ainda sejam, de modo geral, muito baixos, o fundo permitiu que ocorressem sensíveis avanços na remuneração dos professores, especialmente em determinadas regiões, como foi o caso do Nordeste.

QUESTÃO 6

Uma das características marcantes do mundo contemporâneo é o seu intenso dinamismo. As mudanças sucedem-se com extrema rapidez, alterando formas de organização da sociedade, métodos de produção, relações de poder, hábitos de consumo e padrões de comportamento. Relativamente a esse cenário mundial dos dias de hoje, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Provavelmente em função de uma economia que mais e mais se globaliza, com as irresistíveis pressões exercidas por um verdadeiro mercado mundial, as transformações ocorrem com igual intensidade em todo o planeta, não se podendo falar de regiões mais ou menos atingidas pelo processo de mudanças em curso.
- ❷ Nas relações internacionais, não mais existe a bipolaridade que o pós-Segunda Guerra Mundial engendrou; o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se fez acompanhar da crise que se abateu sobre o Leste europeu, propiciou aos Estados Unidos da América (EUA) ocuparem um espaço ainda mais proeminente no quadro de poder mundial.
- ❸ Sustentado por uma tecnologia de ponta, o sistema produtivo vai deixando de ser meramente “internacionalizado” para se tornar efetivamente “mundializado”; assim, os bens passam a ser produzidos, simultaneamente, em várias regiões, sempre em busca da maior lucratividade.
- ❹ Um aspecto significativo da atualidade diz respeito ao refluxo dos movimentos sociais preocupados com a defesa ambiental e com a luta por um modelo de desenvolvimento sustentável: a força das grandes corporações multinacionais, ampliada pela falência dos Estados nacionais, conseguiu neutralizar esses movimentos, impedindo seu acesso à mídia e aos fóruns internacionais que tratam do assunto.
- ❺ Ao contrário do que se previa há apenas três décadas, as manifestações artísticas — da música popular ao cinema — e as práticas esportivas — do futebol ao automobilismo — não sucumbiram às circunstâncias do mercado e, desse modo, percorrem o caminho inverso ao da profissionalização.

QUESTÃO 7

Os recentes motins ocorridos em diversas unidades prisionais do estado de São Paulo chamaram a atenção da opinião pública brasileira, que vê na segurança pública um dos mais graves problemas do país. Tendo em vista os múltiplos aspectos suscitados pelo episódio, julgue os itens seguintes.

- ❶ Apesar do elevado número de detentos envolvidos e da fragilidade do aparato policial do Estado, a rebelião foi controlada no mesmo dia que explodiu, graças, sobretudo, à reduzida capacidade de organização demonstrada pelas lideranças que se amotinaram.
- ❷ Em que pese o reconhecimento internacional de sua eficiência e de seus padrões modernos, atestados por técnicos das Nações Unidas, o sistema penitenciário brasileiro resente-se da falta de vagas para abrigar todos os apenados; por isso, dizem os especialistas, seus problemas se resolverão com a construção de novas unidades carcerárias.
- ❸ Responsável pela administração dos presídios espalhados pelas unidades da Federação, o Ministério da Justiça foi acusado de inoperância e de lentidão em suas ações, tal como ficou demonstrado nas pesquisas de opinião pública divulgadas pouco depois dos motins que envolveram quase trinta unidades prisionais paulistas.
- ❹ Embora tenham causado impacto semelhante ao do episódio conhecido como “Massacre do Carandiru”, quando morreram 111 detentos daquele complexo penitenciário, os recentes motins chegaram ao fim sem acusar a presença de mortos entre os envolvidos.
- ❺ Ao substituir a prisão perpétua pela pena de morte no país, a atual Constituição da República pretendeu dar sua contribuição para amenizar o grave problema da superlotação nos presídios brasileiros, além de reduzir as despesas do poder público com presos considerados irrecuperáveis.

QUESTÃO 8

Com a experiência de quem foi presidente da República, do Senado Federal, do Congresso Nacional e da Comissão de Relações Exteriores do Senado, o senador José Sarney assim se pronunciou em recente artigo de jornal:

Cometemos um grande erro ao aceitar, na Cúpula de Miami, em 1994, a antecipação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) para 2005, maquiado plano de ocupação do mercado sul-americano, área considerada de maior expansão do comércio internacional no novo século. Não se avaliaram, em profundidade, as conseqüências desse compromisso. Com o tempo, a sociedade o entendeu melhor e passou a questionar as vantagens desse projeto. Quando essas resistências tomaram vulto, os parceiros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) passaram a solapar a unidade do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Inicialmente, seduziram Menem a fazer um acordo isolado; depois, cooptando o Chile para ponta-de-lança de seus interesses na região. A vitória de de la Rúa na Argentina e os *lobbies* que atuam no Congresso americano, ligados ao setor primário, o único no qual pode competir o MERCOSUL, barraram a tramitação rápida, que dava carta branca para nos enfiar a ALCA goela abaixo. Ganhamos tempo.

“Opinião”. In: *Folha de S. Paulo*. 2/3/2001, p. A2 (com adaptações).

Com base no texto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Pode-se deduzir que, para Sarney, a ALCA é, sob o disfarce da integração continental, o instrumento a ser utilizado pelas poderosas economias do norte da América para a plena conquista dos mercados situados ao sul do continente.
- ❷ Segundo o ponto de vista do autor, ao perceberem crescentes reações à implantação da ALCA, os países integrantes do NAFTA trataram de fomentar dissensões entre atuais e prováveis integrantes do MERCOSUL, buscando atraí-los por meio de acordos em separado.
- ❸ Sarney deixa claro que a substituição de Carlos Menem por Fernando de la Rúa, na presidência da Argentina, foi prejudicial aos propósitos norte-americanos de acelerar a implantação da ALCA.
- ❹ Atestando as profundas diferenças quanto à capacidade econômica das Américas do Norte e do Sul, o autor lembra que, a rigor, o setor agropecuário é o único em que o MERCOSUL tem condições de competir.
- ❺ Para o ex-presidente brasileiro, a Argentina (sob a presidência de Carlos Menem) e o Chile foram os grandes responsáveis pelo erro de avaliação do Brasil e de outros países latino-americanos de aceitarem, na reunião de Miami, a antecipação da ALCA para 2005.

Texto CG-I – questões de 9 a 11**RASCUNHO**

Ao tomar um empréstimo de R\$ 10.000,00 junto a certo banco, um indivíduo que possui renda mensal de R\$ 1.000,00 tem a sua disposição três sistemas de financiamento: Price, Saque e Misto, mostrados no quadro a seguir.

parcela	Price (em R\$)		Saque (em R\$)		Misto (em R\$)	
	valor da parcela	saldo devedor	valor da parcela	saldo devedor	valor da parcela	saldo devedor
1. ^a	360,34	9.787,69	300,00	9.848,03	250,00	9.898,03
13. ^a	360,34	6.980,95	365,00	7.773,97	350,00	8.449,95
25. ^a	360,34	3.633,01	440,62	4.442,61	529,66	5.340,30
36. ^a	360,34	0,00	440,62	0,00	529,66	0,00

Nos três sistemas, é cobrada uma taxa nominal de juros compostos de 10,5% a.a.; as parcelas são corrigidas pela TR, que é igual a 0,6% ao mês. Portanto, o montante emprestado é corrigido mensalmente pela taxa $i = \left(1 + \frac{0,105}{12}\right) \times 1,006 - 1$. Nos três casos, os pagamentos das parcelas só começam 1 mês após a contratação do empréstimo, que é pago em um total de 36 parcelas mensais, e os seus valores só podem ser alterados a cada período de 12 meses, conforme a tabela acima.

QUESTÃO 9

Com base nas informações do texto CG-I, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Mesmo considerando juros e TR, o montante emprestado é corrigido mensalmente por uma taxa inferior a 1,4%.
- ❷ Considerando que, para contrair o empréstimo, o indivíduo não possa comprometer mais que 30% de sua renda durante os primeiros 12 meses, ele só poderá optar pelos sistemas Saque ou Misto.
- ❸ No sistema Saque, o valor da primeira parcela a ser paga é mais de 80% do valor da primeira parcela no sistema Price, enquanto que a 36.^a parcela no sistema Price é menos de 80% da 36.^a parcela no sistema Saque.
- ❹ No sistema Misto, verifica-se um aumento superior a 115% entre os valores da primeira e da trigésima parcelas.
- ❺ No sistema Saque, o montante pago pelo contratante do empréstimo até a 13.^a parcela — inclusive — é igual à diferença entre o valor do empréstimo contratado e o saldo devedor existente por ocasião do pagamento da 13.^a parcela.

QUESTÃO 10

Ainda com base nas informações do texto CG-I, julgue os itens abaixo.

- ❶ Optando-se pelo sistema Price, o saldo devedor correspondente ao mês 1 é obtido aplicando-se a taxa i ao montante emprestado e, em seguida, diminuindo-se do resultado o valor da primeira parcela.
- ❷ Pelo sistema Saque, as parcelas de amortização permanecem constantes ao longo do primeiro ano do financiamento.
- ❸ A taxa efetiva de juros compostos trimestrais equivalente à taxa de 10,5% a.a. é inferior a 2,6%.
- ❹ Considerando que, no primeiro ano de financiamento, a inflação tenha sido de 8%, então a taxa real de juros efetivamente cobrada sobre o montante emprestado, considerando-se a TR, pode ser calculada pela fórmula

$$\left(1 + \frac{0,105}{12}\right)^{12} \times \frac{1,006^{12}}{1,08} - 1.$$

- ❺ Pelo sistema Misto, por ocasião do pagamento da 24.^a parcela, o valor atual de todo o montante pago até então pode ser obtido pela fórmula

$$\sum_{k=0}^{11} \left[350 + \sum_{j=1}^{12} (250 \times 1,0148025)^j \right] \times 1,0148025^k.$$

Considere que o indivíduo, tendo contraído o empréstimo pelo sistema Price, por ocasião do pagamento da sua 25.^a parcela, possua um montante de R\$ 2.000,00. Com base nessas informações e no texto CG-I, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Se o indivíduo pagar a 25.^a parcela com os R\$ 2.000,00 e investir o restante em uma caderneta de poupança que pague juros compostos de 1% a.m., por ocasião do pagamento da 29.^a parcela, o saldo existente nessa caderneta será superior a R\$ 1.600,00.
- ❷ Considerando $\frac{1}{1+i} = 0,99$, conclui-se que com R\$ 1.090,00 esse indivíduo poderá saldar as 25.^a, 26.^a e 27.^a parcelas do seu empréstimo por ocasião do vencimento da 25.^a parcela.
- ❸ Se, por ocasião do pagamento da 25.^a parcela, o indivíduo resolvesse liquidar todo o saldo devedor, ele deveria pagar, nessa ocasião, a quantia obtida como resultado da expressão

$$360,34 \times \frac{(1+i)^{12} - 1}{i \times (1+i)^{11}}$$

- ❹ Por ocasião do pagamento da 25.^a parcela, caso o indivíduo resolvesse abater do saldo devedor do seu empréstimo os R\$ 2.000,00 que ele possui e, em seguida, recalculer as prestações pelo sistema Price, de modo que o novo empréstimo seja liquidado em 6 parcelas iguais e *postecipadas*, então o valor P de cada uma dessas parcelas seria obtido como resultado da equação

$$P = \frac{i \times 1.993,35 \times (1+i)^6}{(1+i)^6 - 1}$$

- ❺ Se o indivíduo, por ocasião do pagamento da 25.^a parcela, aplicasse os R\$ 2.000,00 em uma aplicação financeira que pague juros compostos de $j\%$ ao mês, com capitalização mensal, então, para que ele pudesse pagar todas as parcelas restantes do seu empréstimo utilizando unicamente recursos dessa aplicação financeira, a taxa de juros j deveria ser tal que

$$(2.000 - 360,34)(1+j)^{11} - 360,34\{(1+j)^{10} + (1+j)^9 + \dots + (1+j) + 1\} \geq 0.$$

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 12

Quanto ao conceito e aos princípios constitucionais do direito administrativo, às normas gerais das licitações e aos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

- ❶ Na formulação do conceito de direito administrativo, os juristas geralmente excluem a atividade jurisdicional e a atividade legislativa; isso significa que, ao Poder Judiciário e ao Poder Legislativo, não se aplicam as normas administrativas, uma vez que esses poderes têm regime próprio.
- ❷ O princípio da impessoalidade veda que a administração pública pratique atos tendo em consideração interesses pessoais em lugar do interesse público; isso não obsta, no entanto, a que, ao perpetrar ato administrativo válido, a administração satisfaça interesse privado.
- ❸ Apesar de aplicar-se como norma geral das licitações o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a administração pública pode, mediante certas condições, retificar edital de licitação já publicado.
- ❹ Se uma autarquia resolver realizar licitação para a contratação de empresa voltada à manutenção de sua frota, não poderá estipular como condição que a oficina a ser contratada se situe no território ou na região metropolitana do município-sede desse ente público, pois essa restrição à participação de prováveis licitantes significaria ofensa ao princípio da competitividade.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado ente público necessitava contratar um prestador de serviço e, para tanto, devia promover licitação. No entanto, não o fez e contratou o prestador diretamente. No curso da execução do contrato administrativo, o órgão de controle interno apontou a ilegalidade. O ente público, quando se preparava para declarar a nulidade do contrato, constatou que o prestador tornara-se exclusivo, porque os demais que trabalhavam naquela atividade haviam encerrado suas atividades na região.

Nessa situação, diante da indevida dispensa da licitação, o ente público devia anular o contrato administrativo, com o pagamento dos serviços prestados até então, e realizar nova licitação.

QUESTÃO 13

Nas últimas semanas, a imprensa nacional deu grande divulgação a acusações de irregularidades no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), envolvendo, entre outras, a aprovação irregular de projetos empresariais com concessão de incentivos fiscais, o desvio de recursos públicos destinados aos projetos e a utilização de documentos falsos nas prestações de contas das empresas incentivadas. As acusações, que vêm sendo investigadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo governo federal, já geraram até comentários quanto à possível extinção da SUDAM, que seria substituída por uma agência governamental.

Tomando em conta esses fatos, julgue os itens a seguir.

- ❶ Se o MPF, como resultado das investigações, constatasse que um agente público da SUDAM houvesse praticado ato simultaneamente configurador de crime e de improbidade administrativa, teria de procurar responsabilizá-lo por um ou por outra, mas não ao mesmo tempo pela lei penal e pela de improbidade, a fim de não acarretar *bis in idem*.
- ❷ Se ficasse evidenciado que determinado projeto empresarial fora aprovado mediante a utilização de documentos falsos e outros artifícios que ludibriaram a autarquia, caberia a esta instaurar procedimento administrativo e, obedecendo ao devido processo legal, revogar a aprovação.
- ❸ Se as normas internas da SUDAM outorgassem a seu superintendente a competência para a prática de determinados atos administrativos, ele não poderia transferi-la a subordinado seu apenas com base na discricionariedade, pois as competências administrativas são, em regra, indelegáveis.
- ❹ Se um projeto fosse aprovado pela SUDAM sem levar em conta suas conseqüências altamente danosas ao ambiente e um grupo de cidadãos desejasse impedir, na via judicial, a implementação decorrente do ato administrativo de aprovação, deveria constituir associação para essa finalidade ou representar ao Ministério Público para que este ajuizasse ação civil pública, mas não poderia, juridicamente, propor ação popular, pois esse remédio processual não se destina à tutela do ambiente.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Uma empresa foi excluída pela SUDAM do sistema de incentivos fiscais administrados pela autarquia, devido à prática de fraude. Inconformada, a empresa requereu mandado de segurança a um juiz federal da seção judiciária competente, o qual denegou a ordem. A sentença transitou em julgado, porque a empresa perdeu o prazo para apelar. Dois meses depois, a empresa ajuizou ação rescisória no correspondente Tribunal Regional Federal (TRF).

Nessa situação, o processo da ação rescisória deveria ser extinto sem julgamento de mérito, pois não compete a TRF julgar essa espécie de ação contra atos de juízes de primeiro grau.

QUESTÃO 14

Em relação aos contratos administrativos, à responsabilidade civil do Estado e à Lei n.º 4.380/64, julgue os itens abaixo.

- ❶ Nem todo contrato administrativo precisa estar consubstanciado em instrumento escrito.
- ❷ A responsabilidade civil do Estado não é de natureza exclusivamente extracontratual e não se aplica apenas à administração pública em sentido estrito, ou seja, pode derivar também de atos legislativos e judiciais, bem como daqueles praticados pelo Ministério Público.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.

Um servidor público federal cometeu ato ilícito que causou dano patrimonial a um cidadão. Este ajuizou ação indenizatória contra a União, na qual obteve a reparação da lesão. Após isso, a União preparou-se para promover ação regressiva contra o servidor, mas, antes de ela ser proposta, este veio a falecer.

Nessa situação, a União ainda poderia ajuizar a ação regressiva, pois o direito de regresso atinge os herdeiros do servidor.

- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.

Abílio morava na capital fluminense, onde comprou o imóvel em que residia. Por força de seu trabalho, viajava amiúde até a capital paulista, onde passava três ou quatro dias por semana. Por isso e porque sua remuneração comportava a aquisição de um novo imóvel, Abílio interessou-se em adquirir um apartamento em São Paulo, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Nessa situação, em virtude da Lei n.º 4.380/64, Abílio não poderia adquirir o segundo apartamento por meio do SFH, uma vez que já era proprietário de imóvel residencial.
- ❺ Devido ao sistema legal brasileiro de publicidade dos atos jurídicos concernentes a imóveis, as escrituras de compra e venda de imóveis ao amparo do SFH devem ser públicas e registradas no competente cartório imobiliário.

QUESTÃO 15

A respeito da legislação do SFH, julgue os itens seguintes.

- ❶ Há juristas que formulam críticas à possibilidade de execução extrajudicial prevista no Decreto-lei n.º 70/66, por considerarem-na inconstitucional. Em face disso, o caminho apropriado para que eventual declaração de inconstitucionalidade do decreto-lei, nesse ponto, tivesse efeito *erga omnes*, nos termos da Constituição da República de 1988 e segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), seria o ajuizamento, pelo procurador-geral da República ou por qualquer outro dos sujeitos constitucionalmente legitimados, de ação direta de inconstitucionalidade, cujo julgamento é de competência exclusiva do citado tribunal.
- ❷ A execução extrajudicial prevista no Decreto-lei n.º 70/66 somente pode atingir mutuários que sejam pessoalmente intimados por meio do cartório de títulos e documentos; se o devedor não for localizado, somente por meio do Poder Judiciário poderá o credor buscar a satisfação de seu crédito.
- ❸ Nos termos do Decreto-lei n.º 70/66, a morte do mutuário não impede o prosseguimento da execução extrajudicial, até com a alienação do imóvel hipotecado em leilão; o mesmo aplica-se no caso de falência, concordata ou dissolução da pessoa jurídica devedora.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.

Bruno era proprietário de uma unidade residencial em prédio de apartamentos, condomínio regido pela Lei n.º 4.591/64. Bruno não possuía nem pretendia possuir automóvel e, portanto, teve a idéia de alienar a Clodovil, vizinho do mesmo edifício, os direitos relativos à vaga de garagem que lhe cabia no condomínio. Clodovil, porém, não teve interesse na aquisição. Ocorreu então a Bruno transferir onerosamente esses direitos a Demócrito, amigo residente no prédio ao lado, pois ele possuía um automóvel além do que sua vaga no prédio comportava e, por isso, teria interesse em guardar o veículo na vaga de Bruno.

Nessa situação, se Clodovil tivesse interesse na aquisição dos direitos sobre a garagem, o negócio poderia ser realizado de maneira juridicamente válida. A Demócrito, porém, Bruno não poderia legalmente vender esses direitos, mesmo que houvesse intenção do comprador.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.

A empresa Deltaépsilon Empreendimentos Imobiliários Ltda. resolveu adquirir um terreno urbano para nele construir um edifício de apartamentos que seriam depois vendidos ao público. A venda, porém, não seria de todas as unidades do edifício, pois uma parte delas serviria para incorporar-se ao patrimônio da empresa, a fim de aumentar-lhe o capital social.

Nessa situação, a aquisição do terreno e a construção das unidades não poderiam ser consideradas incorporação imobiliária, para os fins da Lei n.º 4.591/64, uma vez que a alienação das unidades seria apenas parcial.

QUESTÃO 16

No atinente à legislação do SFH, julgue os itens a seguir.

- ❶ Se um banco é autorizado a operar como agente financeiro do SFH, isso significa que poderá executar extrajudicialmente quaisquer créditos seus garantidos por hipoteca.
- ❷ Nas execuções regidas pela Lei n.º 5.741/71, se o imóvel hipotecado for a leilão e não se apresentarem interessados, o juiz adjudicará o bem ao credor, e isso eximirá o devedor de pagar o valor da dívida que eventualmente exceder a avaliação do imóvel.
- ❸ A possibilidade de execução extrajudicial de imóveis financiados pelo SFH abre-se para o agente financeiro após um mês de atraso no pagamento das prestações do mútuo.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.

Um banco integrante do SFH cobrou de um de seus mutuários valores a maior em relação aos legalmente devidos. Depois de haver constatado o erro, o banco calculou o valor recebido indevidamente, corrigiu-o monetariamente e, em lugar de devolvê-lo em espécie ao mutuário, abateu-o do saldo devedor do financiamento. O mutuário, por não aceitar o abatimento e exigir a repetição do indébito, ajuizou ação em face do agente financeiro.

Nessa situação, a providência do agente financeiro não foi ilegal, pois, além da devolução do valor em dinheiro, é também juridicamente admissível a redução do saldo devedor.

- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Emílio e sua esposa Flávia obtiveram financiamento habitacional regido pelo Plano de Comprometimento de Renda (PCR), a que se refere a Lei n.º 8.692/93. A parcela comprometida com o pagamento dos encargos mensais do mútuo foi de 25% da renda conjunta do casal, pois receberam a informação do agente financeiro de que esse era o percentual máximo de comprometimento legalmente admitido. Meses após o início do pagamento das prestações, o casal divorciou-se. Na sentença do divórcio, fixou-se que caberia a Flávia o imóvel, o qual ela deveria pagar com seus próprios meios. O comprometimento da renda dela com as prestações, no entanto, após o divórcio, chegou a 40%.

Nessa situação, a informação dada ao casal pelo agente financeiro quanto ao comprometimento mensal máximo da renda estava errada; por outro lado, em face do divórcio e da conseqüente exclusão do co-adquirente do imóvel, Flávia teria direito a renegociar o contrato, para ajustar o valor das prestações mensais à sua renda individual, de modo a manter o comprometimento mensal no limite legal máximo.

QUESTÃO 17

No que tange à legislação do SFH e do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), julgue os itens abaixo.

- ❶ No SFI, tanto pessoa física quanto pessoa jurídica podem ser devedores fiduciários, o bem imóvel objeto do contrato de alienação fiduciária pode estar concluído ou em construção e a garantia dada ao fiduciário sujeita-se a condição resolutiva.
- ❷ A Lei n.º 10.150, de 2000, resultante da conversão da Medida Provisória n.º 1.981-45, de 2000, regulamentou a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Esse fundo garantia que o valor das prestações de financiamentos do SFH se mantivesse dentro de certos patamares, cabendo-lhe, ao cabo do prazo contratual, propiciar quitação ao mutuário, que nada mais deveria ao agente financeiro. Pela lei, seria possível a novação da potencial dívida do FCVS para com um agente financeiro, ainda que a responsabilidade do fundo não estivesse sequer definida.
- ❸ Desprezando-se acréscimos como correção monetária e juros, é juridicamente correto afirmar que, se uma empresa estiver em débito quanto às contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no valor de R\$ 20.000,00 e a cobrança for ajuizada, a dívida, acrescida do encargo legal, passará a R\$ 22.000,00; se, no entanto, a devedora pagá-la antes do ajuizamento, deverá despende R\$ 21.000,00 para liquidá-la.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.

Um estado da Federação brasileira enfrentou fortíssimas chuvas, que alagaram muitas cidades e vastas extensões de terra. O governador decretou estado de calamidade pública em razão disso. A assembléia legislativa, por sua vez, aprovou lei complementar que criou empréstimo compulsório para fazer face às despesas decorrentes da situação. A lei vinculou a aplicação dos recursos oriundos do empréstimo compulsório às despesas que o fundamentaram.

Nessa situação, a criação do empréstimo compulsório atendeu aos requisitos constitucionais e, portanto, ele podia ser cobrado de modo juridicamente válido.

- ❺ Em princípio, os impostos são apenas aqueles explicitamente enumerados pela Constituição, de maneira que novos impostos somente podem ser criados em caráter excepcional e unicamente pela União, no exercício da competência tributária residual; as taxas e as contribuições de melhoria, diferentemente, não são enumeradas taxativamente no texto constitucional, razão por que a própria União, os estados-membros, o Distrito Federal e os municípios podem criá-las com finalidades específicas, desde que obedecido o sistema constitucional.

QUESTÃO 18

Relativamente ao Poder Judiciário e à ordem econômica e financeira na Constituição da República, julgue os itens que se seguem.

❶ Se o presidente da República praticar ato ilícito e lesivo ao erário, qualquer cidadão poderá ajuizar ação popular com o fito de obter a reparação do dano, caso em que aquela autoridade deverá figurar no pólo passivo da relação processual; essa circunstância, todavia, não fará a competência para o julgamento da ação ser do STF.

❷ Se um órgão público colegiado aprovar resolução com caráter normativo geral, disciplinando determinado dispositivo constitucional, mas o fizer contrariando a própria Constituição, essa resolução, embora tenha a forma de simples ato administrativo, poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade (ADIn), a ser julgada pelo STF.

❸ Considere a seguinte situação hipotética.

Um empregado da Caixa Econômica Federal (CAIXA) ajuizou reclamação trabalhista, pleiteando determinados valores que entendeu merecer. O juiz do trabalho considerou que, naquele caso, havia determinados aspectos que envolviam a natureza de ente da administração pública federal da CAIXA e, por isso, reputou que a justiça federal seria a competente para julgar a ação. Em consequência, remeteu os autos para lá. O juiz federal que recebeu os autos discordou do juiz trabalhista e determinou a devolução dos autos para a vara que inicialmente recebera a ação.

Nessa situação, o juiz federal equivocou-se, pois o caminho juridicamente correto seria a suscitação de conflito de competência, negativo no caso, e a remessa dos autos para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) o julgasse, pois esse é o tribunal competente em casos como o descrito.

❹ Os principais recursos de caráter excepcional são o recurso especial (REsp) e o recurso extraordinário (RE), de competências, respectivamente, do STJ e do STF; cabe ao REsp, basicamente, a tutela do direito federal infraconstitucional, ao passo que ao RE a Constituição atribui importante função no controle difuso de constitucionalidade. Por essa razão, o REsp não deve tratar de matéria constitucional e não pode, em consequência, servir como meio para o controle difuso de constitucionalidade.

❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Dezenas de trabalhadores rurais sem-terra invadiram, em determinado estado da Federação, fazenda que o órgão público competente já reconhecera como improdutiva, a despeito de apresentar terras agricultáveis em toda a sua extensão. Devido às tensões sociais da área, o governador do estado decidiu desapropriar a fazenda, para nela realizar-se projeto de reforma agrária. Para tanto, baixou decreto e a unidade federada ajuizou ação de desapropriação.

Nessa situação, desde que a referida unidade providenciasse o pagamento da indenização de forma prévia e justa, mediante títulos da dívida agrária, com garantia de preservação do valor real, e desde que as benfeitorias úteis e necessárias fossem pagas em dinheiro, o pedido da ação de desapropriação deveria ser julgado procedente.

QUESTÃO 19

No respeitante ao direito penal, julgue os itens abaixo.

❶ Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo era proprietário de casa lotérica credenciada pela CAIXA a receber o pagamento de contas de empresas concessionárias de serviço público, como água, telefone e energia. De acordo com o contrato firmado com a CAIXA, esse indivíduo tinha a obrigação de repassar àquela, periodicamente, os valores recebidos, para que ela os entregasse às concessionárias. Todavia, ao longo de três meses, o indivíduo apropriou-se desses valores. A CAIXA tentou reavê-los, sem sucesso, e decidiu comunicar o fato ao MPF. Quando soube disso, o dono da casa lotérica apressou-se e pagou integralmente os valores de que se apropriara.

Nessa situação, segundo o entendimento majoritário, apesar da reparação do dano decorrente da apropriação indébita, o procurador da República que recebesse a notícia-crime da CAIXA deveria oferecer denúncia.

❷ Considere a seguinte situação hipotética.

Rolando era gerente da CAIXA e, por ser desonesto, resolveu enriquecer-se ilícitamente à custa de sua empregadora. Com essa finalidade, Rolando engendrou manobras que transferiram valores de rubricas contábeis da CAIXA para uma sua conta-corrente, da qual os sacou, em seu proveito.

Diante disso e após a investigação que se fizesse necessária, caberia ao MPF denunciar Rolando para que respondesse penalmente por seus atos, em processo que deveria ser julgado pela justiça federal; a definição jurídica do crime seria a de peculato, pois esse delito não exige necessariamente que o agente tenha a posse direta do bem desviado e abrange os empregados de empresas públicas.

❸ Para não cometer omissão penalmente relevante, todo agente público encarregado da investigação de delitos deve agir imediatamente assim que constatar ação criminosa, a fim de coibi-la e de responsabilizar os que a houverem cometido.

❹ Considere a seguinte situação hipotética.

Lucíola era gerente da CAIXA e veio a descobrir que uma subordinada sua vinha subtraindo valores do caixa da agência durante os três últimos meses, sendo que a última subtração ocorrera quinze dias antes da descoberta. Lucíola sabia que legalmente não podia prender a empregada, pois não havia mais estado de flagrância. Mesmo assim, por ser pessoa arbitrária, chamou a subordinada e deu-lhe voz de prisão, na presença de várias testemunhas, e deteve-a em uma sala da agência. Em seguida, chamou a polícia federal para conduzir a presa.

Nessas condições, Lucíola praticou crime de abuso de autoridade, mesmo sendo ela própria empregada pública, pois essa espécie de agente público pode ser sujeito ativo desse delito. Por outro lado, mesmo que Lucíola fosse condenada criminalmente, isso não impediria a aplicação a ela das sanções cabíveis nos planos administrativo e civil.

❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Temístocles, no início de fevereiro de 2001, foi a uma loja para adquirir certos produtos, que pagou com cheque. Por displicência, mas sem a intenção de causar dano à loja, Temístocles datou o cheque como se fora emitido em janeiro de 2000. Por isso, ao ser apresentado ao banco, o cheque foi recusado.

Nessa situação, Temístocles cometeu um dos delitos assemelhados ao estelionato, pois, com sua conduta, frustrou pagamento realizado por meio de cheque.

QUESTÃO 20

Com referência à capacidade e aos bens no direito civil, julgue os itens a seguir.

❶ No direito civil, personalidade e capacidade são institutos relacionados mas não absolutamente interdependentes, de modo que a primeira é condição da segunda, mas não o inverso, isto é, pode haver personalidade sem capacidade.

❷ Considere a seguinte situação hipotética.

Hélio tinha dezessete anos de idade e, certo dia, ingressou em uma agência da CAIXA onde, deliberadamente, danificou diversos bens do patrimônio da empresa. A CAIXA instaurou procedimento administrativo para apurar os fatos e, ao final, remeteu carta a Hélio e ao pai dele, para que pagassem o prejuízo causado pelo primeiro. A providência não teve sucesso.

Nessas circunstâncias, deve a CAIXA ajuizar ação exclusivamente contra o pai de Hélio, pois este, sendo adolescente, não tem capacidade para responder pelo ato ilícito perpetrado.

❸ Considere a seguinte situação hipotética.

Um cidadão adquiriu um prédio antigo, inabitável, para o demolir e construir nova edificação. Após a demolição, separou certa quantidade de tijolos que conseguiu retirar intactos das velhas paredes, os quais manteve no canteiro de obras. Ao mesmo tempo, comprou lajes pré-moldadas para empregá-las na construção, as quais igualmente armazenou no local da obra.

Nessa situação, tanto os tijolos procedentes da demolição quanto as lajes recém-adquiridas são bens móveis, até serem utilizados no novo prédio.

❹ Considere a seguinte situação hipotética.

Iraci e Júlia possuíam imóveis contíguos, em um terreno inclinado, estando o imóvel da primeira em posição mais baixa do que o da segunda, de maneira que, quando chovia, as águas do imóvel de Júlia escorriam para o de Iraci. Por isso, Iraci resolveu construir uma canaleta para o escoamento das águas pluviais, a fim de evitar os constantes alagamentos de seu imóvel. Júlia, porém, nunca pôde fazer essa obra em seu terreno, por falta de meios. Iraci, então, por seu interesse em livrar-se do problema, propôs fazer por sua conta a canaleta no terreno de Júlia, a qual aceitou a proposta de bom grado.

Nessa situação, em face do Código Civil, a canaleta construída no terreno de Júlia deveria receber o tratamento jurídico dispensado às benfeitorias.

❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Jacó e sua família possuíam como patrimônio uma única casa, onde residiam, a qual valia R\$ 30.000,00. A casa fora adquirida graças a financiamento da CAIXA, integralmente pago. No curso do financiamento, Jacó incorreu em outras dívidas para com a empresa, no valor de R\$ 30.000,00, em virtude de suas atividades comerciais.

Nessas circunstâncias, o imóvel onde Jacó reside não poderá ser penhorado pelas dívidas, penhora que, todavia, poderia ocorrer validamente, embora sob certas limitações, se decorresse de execução para cobrar o financiamento destinado à compra da casa.

QUESTÃO 21

No que se refere ao bem de família, aos atos ilícitos e ao direito de propriedade, julgue os seguintes itens.

❶ Se um cliente da CAIXA contrair dívida garantida por hipoteca do imóvel onde reside com a família, garantia essa outorgada de comum acordo por ambos os cônjuges, o imóvel poderá ser penhorado, ainda que seja o único da família e que esta nele resida.

❷ Considere a seguinte situação hipotética.

Juliano foi processado criminalmente pela acusação de furto contra agência da CAIXA e mereceu absolvição, pois o juiz federal considerou que a responsabilidade pelo delito foi de outra pessoa. A sentença penal transitou em julgado. O advogado da CAIXA responsável pelo acompanhamento do caso, porém, discordou desse entendimento e, na esfera cível, ajuizou ação de indenização contra Juliano.

Nessa situação, nada impediria que o juiz a quem coubesse o julgamento da ação indenizatória condenasse Juliano ao ressarcimento do dano, pois a regra, em tema de responsabilidade, é a independência das esferas cível, penal e administrativa.

❸ Considere a seguinte situação hipotética.

Leandro era proprietário de um cão de raça muito agressiva. Marcelo possuía outro, da mesma raça. Certo dia, os dois donos cruzaram uma rua, por onde levavam os animais a passeio. Por ser imprudente, Marcelo atçou seu animal contra o de Leandro. Diante da provocação, o cachorro de Leandro, apesar de este guardar e vigiar o animal com o cuidado necessário, acabou soltando-se da coleira e atacou tanto o animal de Marcelo como ele próprio.

Nessa situação, apesar da culpa concorrente de Marcelo, Leandro não se poderá eximir da indenização devida pelos danos que Marcelo houver sofrido.

❹ O usucapião, como meio de aquisição da propriedade, atinge tanto bens móveis como imóveis, além de direitos reais sobre coisa alheia.

❺ Na seção em que trata da perda da propriedade imóvel, o Código Civil relaciona como causas dela a alienação, a renúncia, o abandono e o perecimento do imóvel; é juridicamente correto afirmar, portanto, que essas são as únicas causas previstas no ordenamento jurídico para essa perda.

QUESTÃO 22

No que se refere à hipoteca, às obrigações e ao dano, julgue os itens abaixo.

❶ Se uma cidadã obtiver financiamento de um banco mediante hipoteca da totalidade de um imóvel seu, esse bem não mais poderá ser dado em hipoteca para a garantia de outro negócio jurídico, com outro credor.

❷ Uma das diferenças relevantes entre a hipoteca legal e a convencional consiste em que a primeira não vale perante terceiros.

❸ Se alguém prometer à venda uma fazenda na qual haja plantações, estará obrigado, em princípio, a vendê-la com o produto da safra pendente de colheita na data apazada para a alienação.

❹ Se credor e devedor contratarem obrigação alternativa mas não estipularem a quem caberá a escolha da prestação a ser implementada, o contrato será anulável, por causa da omissão.

❺ Se alguém causar dano à maquinaria utilizada por um industrial em sua atividade econômica, o faturamento que ele deixar de produzir em razão disso constituirá exemplo de dano indireto.

QUESTÃO 23

No que diz respeito ao dano, ao direito sucessório, ao domicílio e ao casamento, julgue os itens que se seguem.

❶ Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo inconseqüente, para pregar uma peça nos passageiros de um ônibus, mas sem a intenção de causar-lhes mal, escondeu-se atrás de um veículo estacionado na via pública e, quando o coletivo se aproximou, saltou diante dele com um revólver de brinquedo, como se fosse assaltante. O motorista do ônibus assustou-se e fez manobra brusca, o que o fez colidir com um poste de iluminação e gerar danos para o veículo.

Nessa situação, o indivíduo que deu o susto no motorista pode ser condenado a pagar os danos causados ao ônibus, mesmo que não tenha tido a intenção de o fazer e que não haja previsto as conseqüências de seu ato, até porque, no caso, a previsibilidade não é requisito do dever de indenizar.

❷ Considere a seguinte situação hipotética.

Manoel era casado com Núbia em regime de comunhão parcial de bens e, na constância do casamento, com ela adquiriu o imóvel onde residiam. Manoel faleceu, deixando três filhos com seu cônjuge.

Nessa situação, o domínio do imóvel transferiu-se integralmente para os filhos no momento da morte de Manoel, estando assegurado ao cônjuge supérstite, no entanto, o usufruto do imóvel.

❸ Considere a seguinte situação hipotética.

Patrícia tinha quinze anos de idade e algum patrimônio. Por sofrer de doença grave e incurável, supunha não ter grande sobrevida, motivo pelo qual fez testamento público. Contudo, somente veio a falecer aos vinte e dois anos, sem, até aí, alterar o ato de última vontade.

Nessa situação, o testamento não deve ser considerado juridicamente válido, mesmo tendo em conta a superveniência da capacidade de testar de Patrícia, que já era plena quando de sua morte.

❹ Considere a seguinte situação hipotética.

Raquel tinha domicílio em Macapá – AP e passou a trabalhar em uma empresa que lhe exigia constantes viagens a Cuiabá – MT. Por isso, resolveu adquirir um apartamento na capital matogrossense, o qual mobiliou, para nele estar quando fosse trabalhar naquela cidade. Não obstante, Raquel manteve sua casa na capital amapaense, onde, por sinal, permaneceu sua família.

Nessa situação, o domicílio civil de Raquel não deixou de ser Macapá.

❺ Os principais efeitos jurídicos do casamento não incluem a legitimação da prole concebida na sua vigência ou antes dele.

QUESTÃO 24

Quanto ao direito de família, aos contratos, aos direitos reais e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens seguintes.

❶ Considere a seguinte situação hipotética.

Sara era mulher rica e enamorou-se de Ticiano, rapaz encantador mas que nenhum patrimônio possuía. Pouco tempo depois do início do relacionamento, ambos casaram-se pelo regime de comunhão universal de bens. Durante o casamento, Sara, por seu trabalho, adquiriu diversos bens de valor. Ticiano em nada contribuiu para o patrimônio do casal, pois tinha obstinada aversão ao trabalho.

Nessa situação, como conseqüência desse regime de bens, tanto o patrimônio trazido para o casamento por Sara como tudo quanto adquiriu durante o matrimônio é propriedade dos cônjuges, mesmo considerando que o varão nada acrescentou a esse patrimônio.

❷ No direito brasileiro, a doutrina majoritária considera que o contrato de compra e venda não é meio hábil a, por si só, operar a transferência da propriedade.

❸ O direito de preferência próprio dos direitos reais de garantia significa que, na hipótese de o devedor resolver alienar o bem gravado, deverá, necessariamente, notificar o credor para que este manifeste sua eventual intenção de adquirir a coisa antes de qualquer interessado.

❹ Em relação ao dever de prestar alimentos, é juridicamente correto afirmar que existe em relação aos parentes em geral e não somente entre pais e filhos, de modo que pode atingir ascendentes e descendentes, embora devam os primeiros ser chamados a prestar os alimentos antes dos segundos.

❺ Considere a seguinte situação hipotética.

Um adolescente uniu-se a um indivíduo com mais de dezoito anos de idade e ambos praticaram roubo contra agência da CAIXA. Um dos empregados da agência logrou acionar o alarme do estabelecimento e integrantes do Departamento de Polícia Federal chegaram pouco depois, conseguindo capturar a dupla em plena ação ilícita.

Nesse caso, deixando de lado as providências aplicáveis ao indivíduo penalmente imputável, o adolescente não deveria perder sua liberdade, em razão de ser penalmente inimputável.

QUESTÃO 25

Em face do processo civil brasileiro, julgue os itens abaixo.

- ❶ Se a CAIXA ajuizar ação de execução em uma seção judiciária na qual não haja especialização das varas por matéria e vier a ser criada vara especializada em execuções, o citado processo deverá ser remetido para a nova vara, pois, nesse caso, não se aplica a regra da perpetuação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*).
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
A CAIXA contratou, no Brasil, os serviços de uma empresa estrangeira, a qual tinha sede na França e um escritório na cidade de São Luís – MA. Os serviços consistiam na implantação de programas de computadores em certas unidades da CAIXA. Posteriormente, a empresa entendeu que a CAIXA não lhe estaria pagando corretamente o valor contratado e, por isso, recusou-se a recebê-lo. A empresa ajuizou ação de cobrança na justiça francesa, e a CAIXA foi citada no Brasil. Pouco depois, a CAIXA ajuizou ação de consignação em pagamento na seção judiciária do Maranhão.
Nessa situação, a CAIXA agiu corretamente ao ajuizar a ação na justiça federal, pois a ação na França não impedia a apreciação do Poder Judiciário brasileiro.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Um mutuário do SFH ajuizou ação contra a CAIXA, por entender que as prestações de seu financiamento estavam sendo cobradas em valores acima do correto. À petição inicial, anexou todos os documentos relevantes ao julgamento da causa e protestou pela produção de todas as provas juridicamente admitidas. A CAIXA contestou, também requerendo a juntada de todos os demais documentos necessários ao julgamento e protestando genericamente pela produção de outras provas. O juiz proferiu decisão em que afirmou ser a matéria essencialmente jurídica e que, por isso, não designaria audiência. Após a publicação desse ato, proferiu sentença.
Nessa situação, o juiz não cometeu cerceamento de defesa, e sua decisão tem amparo no Código de Processo Civil (CPC).
- ❹ Se um indivíduo ajuizar ação contra outro, e este confessar todos os fatos alegados pelo autor, embora negando a consequência jurídica que a ação procurou extrair deles, o juiz deve indeferir a produção de prova testemunhal.
- ❺ Com a promulgação, no Brasil, da Lei dos Juizados Especiais, que prevê métodos simplificados de solução de conflitos cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo, está revogada a norma do CPC que fixa o valor da causa, não-superior a vinte vezes o maior salário mínimo do país, como critério para a aplicação do procedimento sumário.

QUESTÃO 26

Considerando o ordenamento processual brasileiro, julgue os itens a seguir.

- ❶ A CAIXA, por ser empresa pública federal e, portanto, por integrar a administração pública, não pode ser ré em ação sujeita ao procedimento sumário.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Um indivíduo impetrou mandado de segurança e a sentença foi denegatória. O impetrante apelou. A apelação foi improvida, por maioria de votos.
Nesse caso, de acordo com a jurisprudência predominante, a parte poderá interpor embargos infringentes contra o acórdão que julgou a apelação.
- ❸ De acordo com o entendimento majoritário da jurisprudência do STF e do STJ, é juridicamente inadmissível tratar de toda matéria concernente à prova no âmbito do RE e do REsp.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
A CAIXA ajuizou ação para a cobrança de determinado crédito. O réu alegou prescrição e diversos outros óbices ao direito da autora, os quais foram atacados por esta na réplica e discutidos no processo. Na sentença, o juiz considerou que o direito da autora estava mesmo atingido pela prescrição e absteve-se, por isso, de apreciar as demais teses defensivas.
Nessa situação, se a CAIXA apelar, não precisará limitar-se a atacar os aspectos jurídicos pertinentes à prescrição e deixar de fora do recurso quaisquer outras questões de mérito, porque o tribunal pode conhecê-las.
- ❺ Amiúde, surgem teses jurídicas em ações que geram grande controvérsia no Poder Judiciário em todo o país, as quais, às vezes, levam anos até serem objeto de julgamento nos tribunais superiores, seja o STF, seja o STJ, conforme a matéria; nesses casos, uma vez firmada a interpretação definitiva acerca do tema, torna-se cabível ação rescisória, sob o fundamento de afronta a disposição de lei, contra os acórdãos que não houverem seguido a tese adotada pelo tribunal superior.

QUESTÃO 27

A respeito do processo civil, julgue os seguintes itens.

- ❶ A despeito de a ação rescisória atacar decisão judicial transitada em julgado, a qual, portanto, goza de presunção de validade, há importantes precedentes que admitem como juridicamente possível, em certos casos, a concessão de medida cautelar nessa ação.
- ❷ A sentença na ação civil pública pode ter efeitos *erga omnes*, razão pela qual essa ação não pode ter como fundamento a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, pois, do contrário, findaria por usurpar a competência do STF para o controle concentrado de constitucionalidade.
- ❸ Mesmo que o objeto da ação civil pública envolva interesse federal, a competência para o julgamento da ação será da justiça estadual, sempre que o local do dano não for capital de estado-membro da Federação, onde são sediadas as respectivas seções judiciárias.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
O superintendente regional da Receita Federal em uma região fiscal delegou ao delegado da Receita Federal na capital de um estado-membro a competência para a prática de determinado ato. Um contribuinte considerou juridicamente inválido certo ato nascido com base nessa delegação e deliberou impetrar mandado de segurança.
Nessa situação, a autoridade impetrada deverá ser o superintendente regional, pois é dele a responsabilidade pela delegação que acarretou a prática do ato.
- ❺ Se um comerciante revender compotas artesanais cujo fabricante não seja conhecido, pois quem lhas leva é um amigo pessoal, e se essas compotas causarem dano à saúde de um comprador, o comerciante não poderá ser responsabilizado, uma vez que não é dele o fabrico do produto.

Só no século 37

Por mais de quinze anos, a Academia de Tênis de Brasília, misto de centro de lazer e hotel de luxo, funcionou formalmente como entidade beneficente, sem fins lucrativos. A empresa nunca recolheu um tostão de imposto. A isenção terminou em 1998, quando a Receita Federal descobriu o que todo mundo já sabia: o único beneficiado com a filantropia era seu dono. A Receita cassou a isenção e multou a academia em 6 milhões de reais. A empresa acabou fazendo um acordo com a Receita no ano passado. Agora, a novidade: a academia está pagando 300 reais por mês. Assim, nos termos do acordo, sua dívida estará quitada dentro de 1.666 anos, precisamente em abril de 3666, em pleno século 37.

Para conseguir a negociação, a empresa valeu-se da lei que criou o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), idéia do governo para tentar arrecadar algum dinheiro de quem talvez jamais viesse a pagar nenhum tostão. As empresas que reconhecem suas dívidas com o fisco ganham o direito de refinanciá-las em prestações de, no máximo, 1,5% do faturamento. Precisam ainda começar a pagar regularmente os demais impostos.

O dono da Academia de Tênis, antes de ir ao balcão do REFIS, fez uma reengenharia. Em outubro de 1998, transferiu o grosso das atividades lucrativas da academia para outra empresa, que abocanhou 97% do faturamento. A academia ficou apenas com a receita das mensalidades dos sócios, cerca de 25.000 reais por mês. Sobre esse faturamento, fez-se o cálculo das prestações do REFIS.

Policarpo Júnior. *Veja*, 21/2/2001, p. 48-9 (com adaptações).

No atinente ao sistema tributário brasileiro e considerando a notícia do texto ao lado, julgue os itens abaixo.

❶ Tecnicamente, do ponto de vista do direito tributário, o texto contém imprecisão, pois a pessoa jurídica citada não era beneficiária de “isenção”, mas de **imunidade**.

❷ Considere a seguinte situação hipotética.

A Secretaria da Receita Federal (SRF) lavrou termo de inscrição em dívida ativa relativa às dívidas tributárias de determinada pessoa jurídica. O termo continha todos os requisitos legais, mas deixou de indicar o modo de calcular os juros de mora aplicáveis. Com base nesse termo, expediu-se certidão de dívida ativa (CDA) com a mesma omissão. A fazenda nacional ajuizou execução fiscal, instruindo-a com a certidão. A devedora embargou a execução, atacando apenas o total da dívida. Antes da sentença na execução e nos embargos, o juiz determinou à exequente substituir a certidão por outra completa, o que foi cumprido. Em seguida, o juiz reabriu o prazo para que a executada se defendesse. A executada apresentou novos embargos, limitando-se a atacar o aspecto do cálculo dos juros, suprido pela nova certidão. O juiz julgou improcedentes os segundos embargos.

Nessa situação, todos agiram erradamente: a fazenda nacional, porque não poderia ajuizar execução fiscal com base em CDA defeituosa; o juiz, porque, uma vez constatada a omissão da CDA, de imediato deveria ter extinguido o processo executivo; a executada, porque, nos novos embargos, não se deveria ter limitado ao aspecto suprido pela certidão complementar.

❸ Se a atividade empresarial desenvolvida pela pessoa jurídica citada no texto fosse transferida a outra empresa, com outros sócios, e a empresa anterior encerrasse suas atividades, a nova empresa seria integralmente responsável pela dívida tributária da antecessora, aí incluídos o principal dos tributos, as multas, os juros e os demais acréscimos legalmente admitidos.

❹ Considere a seguinte situação hipotética.

O fisco autuou determinada pessoa jurídica, mas não ajuizou a ação cabível para a cobrança de seu crédito. Quatro anos após a autuação, a pessoa jurídica protocolizou na SRF pedido de parcelamento da dívida, o qual foi deferido. Porém, três meses depois do início do parcelamento, a empresa suspendeu os pagamentos. Dois anos depois do último pagamento feito pela empresa, a fazenda ajuizou execução fiscal contra o contribuinte.

Nessa situação, a fazenda agiu acertadamente, apesar da demora, pois o crédito tributário ainda não fora atingido pela prescrição.

❺ Considere a seguinte situação hipotética.

A pessoa jurídica mencionada no texto possuía dez sócios, dos quais apenas dois exerciam efetivo poder de gerência e, por isso, praticavam atos da sociedade. Os demais apenas tinham participação no capital, mas não interferiam na vida da empresa. Após a autuação, a empresa encerrou suas atividades e dissolveu-se.

Nessa situação, todos os dez sócios seriam solidariamente responsáveis pelas dívidas da sociedade, caso esta não possuísse patrimônio bastante para fazer-lhes face.

QUESTÃO 29

Quanto à legislação de defesa do consumidor, ao direito comercial e ao direito tributário, julgue os itens a seguir.

1 Considere a seguinte situação hipotética.

Dois indivíduos formaram uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, destinada à comercialização de alimentos. O capital da sociedade foi totalmente integralizado. Em certo momento, os sócios, com vontade livre e consciente, passaram a adicionar componentes legalmente proibidos nos alimentos, para torná-los mais rentáveis, o que, porém, causou complicações de saúde em muitos consumidores. Estes resolveram acionar a sociedade, mas constataram falta de patrimônio dela para o ressarcimento dos danos.

Nessa situação, mesmo tendo havido a integralização do capital social, os sócios deveriam responder com seu patrimônio pessoal pelas indenizações.

2 Considere a seguinte situação hipotética.

Um consumidor dirigiu-se a um estabelecimento comercial que tinha exclusividade na venda de determinada marca de vinho, para adquiri-lo. O vendedor informou que a venda daquele vinho gerava pouquíssimo lucro para a loja, devido à pequena clientela que o comprava. Por isso, comunicou que o vinho passaria a só ser vendido para quem adquirisse também uma garrafa de champanha.

Nessa situação, considerando o caráter supérfluo do produto e a circunstância de que o consumidor somente adquiriria o vinho mais o champanha se assim desejasse, é correto afirmar que a prática do vendedor não seria juridicamente reprovável.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo sacou dois cheques. No primeiro, nos espaços apropriados, escreveu “R\$ 100,00” e “cento e cinquenta reais”. No segundo, escreveu, nesses espaços, “R\$ 200,00”, “duzentos e trinta reais” e, logo a seguir, no mesmo campo reservado ao valor por extenso, “cento e oitenta reais”.

Nessa situação, os dois cheques deveriam ser considerados válidos e deveria o banco sacado pagar R\$ 150,00 pelo primeiro e R\$ 180,00 pelo segundo.

4 Na alienação fiduciária, se o devedor fiduciante constituir-se em mora, o credor fiduciário poderá alienar o bem objeto do contrato independentemente de leilão e de avaliação prévia.**5** Considere a seguinte situação hipotética.

Betânia era casada com Abraão. Juntos, eles formaram patrimônio de R\$ 100.000,00. Abraão, por sua atividade profissional, incorreu em débitos tributários no valor de R\$ 90.000,00 e veio a morrer.

Nessa situação, como a dívida de Abraão era inferior ao patrimônio do casal, Betânia deveria responder integralmente por ela.

QUESTÃO 30

Acerca do direito tributário, julgue os itens seguintes.

1 Se o inventariante de um espólio intervier em determinado negócio jurídico e não recolher os tributos incidentes, isso, por si só, não o tornará necessariamente responsável pela obrigação tributária.**2** Se um contribuinte infringir de algum modo a legislação tributária e por isso sofrer autuação por parte do fisco, a multa daí decorrente deverá ser considerada, tecnicamente, como obrigação principal.**3** Um dos princípios fundamentais do direito tributário é o da legalidade, que dá ao contribuinte a garantia de só ser cobrado por valores que os representantes do povo, regularmente eleitos, hajam aprovado; por essa razão, a jurisprudência não tem lugar como fonte do direito tributário.**4** Considere a seguinte situação hipotética.

Um prestador de serviços, com a intenção de pagar menos imposto do que o legalmente devido, forneceu a um cliente nota fiscal de serviços com valor inferior àquele que de fato recebera pelo trabalho. Antes do encerramento do exercício, porém, aquele contribuinte arrependeu-se do ato imoral e corrigiu sua contabilidade, vindo a pagar corretamente os tributos que devia, com os acréscimos derivados do atraso.

Nessa situação, não houve crime contra a ordem tributária.

5 Considere a seguinte situação hipotética.

A SRF iniciou procedimento administrativo fiscal (PAF) com a finalidade de apurar o cometimento de infração tributária por parte de um contribuinte, do que o intimou. No dia seguinte ao recebimento da intimação, antes mesmo de o PAF encerrar-se, o contribuinte procurou a repartição fiscal e confessou-se devedor de tributos em determinado valor.

Nessa situação, para a legislação tributária, o contribuinte não pode ser considerado como tendo agido de maneira espontânea, apesar de o procedimento administrativo não estar concluído.

QUESTÃO 31

Considerando as relações entre os Estados e suas ordens jurídicas e o direito internacional público e privado aplicável no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O art. 7.º, *caput*, da Lei de Introdução ao Código Civil, estipula que a lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família, ao passo que o art. 8.º, *caput*, da mesma lei, estatui que os bens e suas relações regulam-se pela lei do país onde estejam situados; para o direito internacional privado, o elemento de conexão do primeiro dispositivo é o domicílio e o do segundo, a situação da coisa.
- ❷ *Agrément* é o ato por meio do qual o Estado acreditado manifesta sua concordância com a nomeação de um agente diplomático por parte do Estado acreditante; no caso de recusa, deverá o Estado acreditado informar as razões da negação ao Estado acreditante, para que este nomeie outro agente.
- ❸ Para instalar repartição consular, o Estado que a envia deve obter o consentimento do Estado receptor; no entanto, uma vez instalado um consulado, este poderá criar vice-consulados ou agências consulares em outras localidades, sem a necessidade de novo consentimento.
- ❹ Compete à autoridade judiciária brasileira, representada pela justiça federal de primeiro grau, com recurso para o respectivo TRF, avaliar a legalidade, segundo a lei brasileira, de diligências deprecadas por autoridades judiciárias estrangeiras e fazer cumprí-las, se lhes houver concedido o necessário *exequatur*.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Viktor era nascido e domiciliado em Moscou, na Rússia, e seu único patrimônio consistia em uma fazenda que adquiriu no Brasil. Em viagem ao país, quando dirigia no Paraná, Viktor morreu em acidente automobilístico, por não respeitar o limite máximo de velocidade.
Diante disso, a sucessão do alienígena ocorrerá de acordo com as leis brasileiras.

QUESTÃO 32

Em reclamação trabalhista proposta por ex-empregado da CAIXA, buscando o deferimento de horas extras e diferenças salariais por equiparação com outro empregado exercente de função similar, foi constatada a ausência de indicação do valor da causa na petição inicial, fato que motivou a arguição por parte da empresa, em sua resposta, de preliminar de inépcia da petição inicial, seguida do requerimento de extinção do processo sem exame do mérito.

Superado o incidente, com a fixação daquele valor ex-officio pelo magistrado, em quantia inferior a quarenta salários mínimos, sobreveio a manifestação do reclamante sobre os documentos apresentados com a resposta e colhidos os depoimentos pessoais do reclamante e do representante legal da empresa. O autor confessou que laborava oito horas diárias durante o período em discussão, entre segunda-feira e sexta-feira, com duas horas de intervalo, na função de chefe de seção, bem como que percebia gratificação de função superior a um terço do salário do cargo efetivo. Reconheceu, também, que o paradigma contava com mais de cinco anos no posto de chefe de serviço, por ocasião da sua promoção ao cargo similar.

Em seguida, o magistrado que presidia a instrução indeferiu o requerimento de adiamento da audiência, formulado pelo reclamante, considerando o teor de seu depoimento e ainda a ausência de suas testemunhas, as quais, segundo alegado mas não-comprovado, teriam sido convidadas, mas se recusaram a comparecer.

Não havendo qualquer outro incidente ou registro na ata de audiência, seguiu-se o regular encerramento da instrução processual. Ao ofertar razões finais, a empresa pleiteou a impugnação do valor fixado para a causa, pleito este que foi prontamente rejeitado pelo juiz.

Indeferidos na sentença os pleitos formulados, recorreu ordinariamente o reclamante, argüindo, em preliminar, a nulidade do processo por cerceamento ao direito de produção de provas; no mérito, requereu a reforma do julgado com o conseqüente deferimento dos pedidos deduzidos.

Com base na situação hipotética apresentada acima, julgue os itens seguintes.

- ❶ A inépcia da petição inicial não poderia ter sido prontamente decretada pelo magistrado, porquanto não-concedido o prazo legal para a emenda respectiva.
- ❷ A decisão judicial resolutória do incidente ligado ao valor da causa, proferida após o encerramento da instrução processual, admite recurso perante o juiz-presidente do Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de quarenta e oito horas.
- ❸ Contra a decisão que indeferiu a oitiva de testemunhas, francamente contrária aos interesses do reclamante, seria cabível o recurso de agravo de instrumento.
- ❹ Havendo prova da expedição de convites pelo reclamante às testemunhas ausentes, o adiamento da audiência seria impositivo.
- ❺ Ao apreciar a preliminar de nulidade, o órgão jurisdicional revisor não se poderia pronunciar acerca do acerto da conduta do juízo primário, em razão da preclusão configurada.

QUESTÃO 33

Com base nas regras e nos princípios próprios do direito processual do trabalho, julgue os itens a seguir.

- ❶ As transações celebradas perante as comissões de conciliação prévia — de natureza extrajudicial — não podem ser objeto de execução perante a justiça do trabalho.
- ❷ Na fase de liquidação, é defeso modificar ou alterar a sentença liquidanda, sendo facultado ao juiz, após quantificada a obrigação exequenda, a concessão de prazo preclusivo de dez dias às partes para impugnação precisa e fundamentada.
- ❸ A remição de bem penhorado em execução trabalhista apenas será admissível se o executado depositar o valor total da execução, e não apenas o equivalente ao bem apreendido.
- ❹ Havendo omissão ou contradição no julgado, ou ainda manifesto equívoco no exame dos pressupostos recursais extrínsecos, os embargos de declaração opostos no prazo de cinco dias poderão gerar efeito modificativo ao julgado recorrido.
- ❺ O recurso de revista perante o Tribunal Superior do Trabalho, interposto contra acórdão proferido em recurso de agravo de petição, apenas será admitido quando verificada a ofensa direta e literal a texto de lei ordinária.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões 34 e 35

Nos efeitos da globalização sobre o mercado de trabalho e sobre os trabalhadores, é necessário separar os impactos de curto, médio e longo prazos. A curto prazo, existem custos sociais e econômicos de transição (desemprego, informalidade, obsolescência ocupacional, deslocamento setorial e regional do emprego) que exigem a atenção do Estado. O objetivo da política pública deve ser o de aliviar esses custos da transição, a curto prazo, e gerar ações que, a médio e longo prazos, permitam à sociedade e aos trabalhadores, em particular, obter os benefícios decorrentes da globalização.

Em uma economia globalizada e competitiva, a questão central para o mercado de trabalho é que os aumentos de produtividade elevam a eficiência do sistema econômico e, portanto, as chances de sucesso de uma economia integrada internacionalmente, mas reduzem o impacto do crescimento da produção sobre a geração de empregos. O desafio reside em promover o desenvolvimento econômico sustentável de forma a dinamizar o mercado de trabalho, apesar dos menores requisitos de emprego por unidade de produto e de investimento. Por conseguinte, é essencial assegurar um ciclo sustentado de crescimento atrelado ao processo de globalização. Todavia, a globalização deve manifestar-se também em menos exclusão social, pobreza e desigualdade, permitindo conciliar eficiência e equidade em uma economia internacionalmente competitiva. A solução passa pela necessidade de se alcançar uma elevada trajetória de crescimento do emprego, assegurando que os trabalhadores tenham acesso aos ganhos de produtividade que estão sendo gerados no bojo desse processo, sem, contudo, afetar negativamente a competitividade da economia. Esse é um dos mecanismos que permitirão aos trabalhadores beneficiarem-se da globalização e do crescimento econômico.

Internet: <<http://www.mtb.gov.br>> (com adaptações).

QUESTÃO 34

A respeito das idéias apresentadas no texto LP-I, julgue os itens a seguir.

- ❶ As iniciativas governamentais devem, simultaneamente, atenuar custos sociais e econômicos e gerar ações para assegurar, à sociedade e aos trabalhadores, o acesso aos benefícios da globalização.
- ❷ Uma economia globalizada tem a produtividade, a eficiência e, conseqüentemente, as chances de sucesso na competição internacional ampliadas, mas a geração de emprego, que deveria resultar do crescimento, reduzida.
- ❸ Desemprego, informalidade, obsolescência ocupacional, deslocamento setorial e regional do emprego são os custos sociais e econômicos decorrentes, a curto prazo, da globalização.
- ❹ O impacto do crescimento da produção e da eficiência do sistema econômico sobre a ampliação do índice de emprego é indiscutivelmente positivo e favorável aos trabalhadores.
- ❺ O desenvolvimento econômico sustentável é considerado aquele que se realiza de forma independente do processo de globalização e que dispensa a geração contínua de postos de trabalho.

QUESTÃO 35

Em relação ao texto LP-I, julgue se os itens abaixo correspondem a desafios que se apresentam em decorrência da transição para uma economia globalizada.

- ❶ Promover o desenvolvimento econômico e ainda dinamizar o mercado de trabalho, assim como conviver com uma oferta maior de empregos.
- ❷ Assegurar o crescimento, ainda que este seja articulado ao processo de globalização.
- ❸ Garantir a conciliação entre eficiência e equidade e, ao mesmo tempo, assegurar a participação na competição internacional.
- ❹ Garantir o crescimento de empregos e o acesso a ganhos, sem prejudicar a competitividade.
- ❺ Diminuir a pobreza, a exclusão e a desigualdade, contanto que desacelerando a inserção na economia globalizada.

QUESTÃO 36

1 A única política salarial vigente é a do salário
mínimo, cujo reajuste é ditado atualmente mais por motivos
de natureza fiscal do que por sua vinculação ao mercado
4 formal de trabalho. De fato, os reajustes salariais livremente
negociados estão desvinculados da inflação passada e os
pisos salariais têm sido estabelecidos acima do salário
7 mínimo.

Para que os trabalhadores aumentem a sua
participação na renda nacional é necessário que tenham
10 acesso aos ganhos de produtividade. Para tal, é importante
que os rendimentos reais do trabalho cresçam mais que a
produtividade, sem que haja, todavia, prejuízo para a
13 competitividade da economia. Em 1995, o crescimento dos
salários reais na indústria foi superior ao crescimento da
produtividade. Contudo, para os anos seguintes, enquanto a
16 produtividade mantinha sua trajetória de crescimento, os
rendimentos do trabalho assalariado no setor perderam
ímpeto, revertendo-se, assim, o aumento da parcela salarial
19 observado em 1995.

Idem, ibidem.

Em relação ao texto, julgue os itens a seguir.

- ❶ Se o pronome relativo “cujo” (l.2) for substituído pela expressão **de qual**, o período permanecerá gramaticalmente correto.
- ❷ Na linha 3, o termo “do” pode ser eliminado sem que haja prejuízo para a correção do período.
- ❸ Para concordar com a expressão “salário mínimo” (l.6-7), o verbo **ter** (l.6) está na terceira pessoa do singular.
- ❹ Na expressão “revertendo-se” (l.18), o pronome pode ser eliminado sem prejuízo para a correção do período.
- ❺ Caso a expressão “revertendo-se” (l.18) fosse substituída por **sendo revertida**, as relações sintáticas permaneceriam corretas.

QUESTÃO 37

Os fragmentos seguintes constituem trechos de um texto, mas estão ordenados aleatoriamente.

- I Os reajustes salariais, atualmente, estão ocorrendo cada vez mais em decorrência da negociação direta entre empregadores e trabalhadores.
- II Entretanto, com a abertura comercial, o sucesso do plano de estabilização e a desindexação dos salários, esses mecanismos empresariais que provocavam a espiral preços/salários foram eliminados.
- III A redução no número de dissídios coletivos e o aumento na conjugação dos interesses econômicos entre esses atores sociais envolvidos nesses reajustes indicam um menor grau de conflito nas relações capital/trabalho.
- IV Dessa forma, recompunham as suas margens de lucro e evitavam qualquer efeito redistributivo dos ganhos reais dos salários.
- V No passado, em um ambiente inflacionário e em uma economia protegida por altas barreiras alfandegárias, os empresários repassavam aumentos de salário para os preços sem se sentirem ameaçados pelos competidores externos.

Itens adaptados. Internet: <<http://www.mtb.gov.br>>.

Considerando que a organização de um texto pressupõe a ordenação lógica e coerente de seus fragmentos, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O fragmento V deve ser o primeiro do texto, uma vez que apresenta caráter introdutório e não faz referência a nenhum elemento anteriormente citado.
- ❷ A expressão “esses atores sociais”, no trecho III, corresponde a “empresários” e “competidores externos”, indicados no trecho V.
- ❸ O trecho IV tem de ser subsequente ao V, uma vez que a expressão “Dessa forma” refere-se ao fato de os empresários repassarem os aumentos de salários aos preços.
- ❹ O fragmento I deve ser o fechamento do texto, já que apresenta idéia conclusiva, sem informação nova.
- ❺ A expressão “Entretanto”, no trecho II, está empregada para indicar a oposição ao último período do trecho V, e, portanto, deve vir seqüencialmente a ele.

QUESTÃO 38

Dados do IPEA mostram que, entre 1994 e 1996, a parte da renda apropriada pelos 50% mais pobres (da população com rendimentos) aumentou um ponto percentual, enquanto a parcela dos 20% mais ricos reduziu sua participação em 2,3 pontos percentuais.

Assim, cerca de 12 milhões de pessoas romperam a linha de pobreza nas principais áreas metropolitanas.

Internet: <<http://www.mtb.gov.br>>.

Julgue os itens abaixo quanto à possibilidade de serem inseridos, de forma coesa e coerente, na lacuna do texto.

- ❶ Isso indica que os rendimentos mais baixos cresceram mais do que os rendimentos mais altos, reduzindo-se a desigualdade.
- ❷ Esse impacto social do desemprego é tanto maior quanto mais ele incide sobre os chefes de domicílio.
- ❸ Isso indica que o desemprego está, também, atingindo mais intensamente um grupo que, pela sua vinculação ao mercado de trabalho e por suas responsabilidades familiares, multiplica o impacto social da desocupação.
- ❹ Além disso, estudos indicam que o desemprego do chefe conduz a um aumento da oferta de trabalho dos demais membros da família, elevando ainda mais a busca por trabalho e, conseqüentemente, a taxa de desemprego.
- ❺ Com o sucesso das medidas econômicas implementadas, os trabalhadores obtiveram ganhos reais de rendimento.

QUESTÃO 39

- 1 A decisão tomada pelo STF, em agosto último, determinando o pagamento da correção do saldo do FGTS relativo às perdas provocadas pelos Planos Verão e Collor, pôs
4 o governo diante de uma equação difícil de ser resolvida. No âmbito jurídico, a justiça federal já protocolou 600 mil ações reivindicando o imediato pagamento dos 65,8% de correção. E,
7 como a decisão do STF abriu um precedente, esses processos devem tramitar rapidamente e os tribunais superiores tendem a conceder decisões favoráveis aos trabalhadores. Por sua vez, a
10 assessoria jurídica do governo chegou à conclusão de que, para a União, quanto mais tempo se perder na definição de um acordo, maior será a conta a ser paga. Atualmente, ela está
13 estimada em torno de R\$ 38 bilhões. E o pior é que, à medida que a justiça vai decidindo, o governo fica obrigado a pagar a correção de uma só vez, o que o impede de negociar a parcelamento da correção para não implodir o equilíbrio fiscal, tão arduamente conquistado.

“O nó da correção do FGTS”. *Jornal da Tarde*, 22/1/2001.
Internet: <<http://www.estadao.com.br>> (com adaptações).

Em relação ao texto, julgue os seguintes itens.

- ❶ A equação de que trata o texto pode ser assim resumida: as decisões da justiça favoráveis ao pagamento impedem negociação de prazos e essa falta de negociação pode provocar a implosão do equilíbrio fiscal; assim, quanto mais tempo, maior a conta.
- ❷ A expressão “difícil de ser resolvida” (l.4) poderia, sem prejuízo para a compreensão do texto, ser substituída por **difícil de se resolver** ou por **de difícil resolução**.
- ❸ O texto permanecerá gramaticalmente correto se o trecho “e os tribunais superiores tendem a conceder” (l.8-9) for reescrito como **e há uma tendência de os tribunais superiores concedessem** ou como **e há uma tendência de que os tribunais superiores concedem**.
- ❹ A expressão “à medida que” (l.13-14) pode ser substituída por **na medida em que**, sem alteração nas relações sintático-semânticas do período.
- ❺ A expressão “fica obrigado” (l.14) pode, sem prejuízo da correção gramatical, ser substituída tanto por **torna-se obrigado** como por **obriga-se**.

QUESTÃO 40

Julgue os fragmentos abaixo quanto à correção gramatical e à adequação à redação de textos oficiais.

- ❶ Houve consenso de que o pagamento da correção do FGTS é de fato uma questão econômica e, não jurídica. Assim, o governo já reconheceu o direito dos trabalhadores a correção monetária.
- ❷ O problema é, dispor no caixa de uma quantia superior a seus gastos de um ano em saúde (R\$ 20 bilhões) e educação (R\$ 17 bilhões), somados (R\$ 37 bilhões). Podia criar um novo imposto, sobrecarregando cidadãos e empresas e comprometendo o crescimento do país.
- ❸ O governo poderia, com os instrumentos legais de que dispõe, repartir a despesa da correção entre alguns setores econômicos; entretanto, essa alternativa suscita enorme oposição dos líderes políticos e empresariais.
- ❹ Poder-se-ia ainda emitir moeda, mas isso faria a inflação subir, anulando o saldo positivo de seis anos de estabilidade. Como não há soluções técnicas para o problema e o governo tem procurado trabalhar com realismo orçamentário, essa questão deverá ser resolvida sem pressões políticas.
- ❺ Os sindicatos, os juizes e o governo tendem a negociar uma solução realista para que não se encontrem diante de uma correção que não possa ser paga por indisponibilidade imediata de recursos.

Itens adaptados de “O nó da correção do FGTS”. *Jornal da Tarde*, 22/1/2001.
Internet: <<http://www.estadao.com.br>>.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, que vale **quatro** pontos, faça o que se pede, usando as páginas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, nos locais apropriados, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Utilize, no mínimo, **trinta** e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas **efetivamente escritas** será apenada, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não serão avaliadas** as provas que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Leia os fragmentos de textos a seguir.

Os sindicatos surgiram com a finalidade de compor o proletariado ao redor de reivindicações comuns: proteção ao trabalho das mulheres e das crianças, regulamentação da jornada de trabalho (que ficou reduzida, entre 8 e 10 horas), direito à assistência médica e hospitalar em caso de acidentes e liberdade de expressão e de organização.

Os resultados práticos das lentas mas firmes conquistas do proletariado alcançaram todos os setores da organização do trabalho e permitiram a conquista de benefícios que aliviaram, no transcorrer dos séculos XIX e XX, a exploração do trabalho pelo capital. As principais conquistas foram: extensão do direito universal do voto; direito de organização sindical e cooperativa, com a extensão para a formação de centrais de trabalhadores; legitimação de leis trabalhistas em códigos jurídicos que colocam o Estado como elemento de mediação e não de intervenção (salvo em alguns casos); assistência médico-hospitalar, jurídica e previdenciária, extensiva à família do trabalhador; co-gestão da empresa.

Carlos Roberto de Oliveira. *História do trabalho*. São Paulo: Ática, 1987, p.83-4 (com adaptações).

O FGTS, instituído em 1966, é um fundo formado por depósitos mensais, efetuados pelas empresas, em nome de seus empregados, no valor equivalente a 8% das remunerações que lhes são pagas ou devidas; no caso de contrato temporário de trabalho com prazo determinado, o percentual é de 2%. O fundo constitui um pecúlio para os casos de aposentadoria ou morte do trabalhador e representa um valor de garantia para a indenização do tempo de serviço, nos casos de demissão imotivada. Esses depósitos integram um fundo unificado de reservas, com contas individualizadas em nome dos trabalhadores. Além de ampliar o direito indenizatório do trabalhador, que pode, ao final do tempo útil de atividade, contar com o valor acumulado dos depósitos feitos em seu nome, o sistema também o favorece de forma indireta, ao proporcionar as condições necessárias à formação de um fundo de aplicações voltado para o financiamento da construção e comercialização de habitações, assim como para investimentos em saneamento básico e infra-estrutura urbana. Como consequência, esse mecanismo também proporciona a geração de empregos na construção civil, bem como possibilita aos trabalhadores ganhos indiretos decorrentes da ampliação da oferta de moradias.

Internet: <<http://www.mtb.gov.br>> (com adaptações).

Os requisitos para enfrentar a questão do emprego em uma economia aberta e competitiva residem em: a) assegurar a estabilidade pelo equacionamento definitivo do déficit público; b) dar continuidade às mudanças institucionais necessárias para construir um ambiente propício ao crescimento econômico duradouro — essas mudanças deverão gerar poupança e atrair novos investimentos, nacionais e estrangeiros, ao criarem um ambiente e expectativas favoráveis a um ciclo sustentado de crescimento; c) investir em capital humano, especialmente na educação básica e secundária das crianças e dos jovens, e na formação profissional da força de trabalho; d) reformar as instituições que regulam o funcionamento do mercado de trabalho e os conflitos de natureza econômica entre empregadores e trabalhadores.

Idem, ibidem.

O Brasil vive um momento político de crucial importância para uma superação efetiva das crises institucionais endêmicas que acompanharam nossa história republicana. Uma avaliação dessa nova condição, capaz de nos projetar à frente no limiar do novo século, impõe que se resgate à análise os enormes avanços que temos realizado como uma nação democrática capaz de enfrentar abertamente os desafios inerentes à consolidação de sua esfera pública no mundo globalizado, sedimentando as fundações de sua credibilidade política, racionalidade normativa e boa governança.

Asseguramos à cidadania o direito de petição aos poderes do Estado, às pessoas físicas e jurídicas, o direito de ação judicial sobre quaisquer conflitos de interesse, e à soberania popular, a prerrogativa das eleições livres, honestas e frequentes para a indicação de nossos governantes. Institucionalizamos o conceito e criamos mecanismos para a promoção dos direitos humanos em sociedade e aprofundamos, em uma vasta teia de regulações e instituições, a efetividade de um pacto social que promove a supremacia política do poder civil e a igualdade de todos perante a lei. E não descuidamos de assegurar proteção e defesa àqueles que, em razão de gênero, idade, ou por sua condição funcional como empregados ou consumidores, locatários ou mutuários, vivenciam uma correlação de forças inferiorizada ou fragilizada no mercado concorrencial do poder.

Eduardo Dutra Aydos. "Globalização, democracia e desenvolvimento". *Veja*. Perspectivas para o século XXI. exclusivos *on-line*, edição 1.681, 27/12/ 2000 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas nos textos da prova objetiva de língua portuguesa e nos textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do tema a seguir.

OS DIREITOS DOS TRABALHADORES EM UMA ECONOMIA GLOBALIZADA.

RASCUNHO – 1 / 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2 / 2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	